




C A P Í T U L O 1 2

CONTROLE E DESIGUALDADE NA GESTÃO DO TRABALHO DOCENTE, O CONTEXTO DE ESTRATÉGIA POLÍTICA E POSSIBILIDADES ATENUANTES

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.07225110912>

Robson Sueth

Pesquisador Nepes/UFF

Orcid: 0000-0001-8452-1433

Resumo: Este texto é parte de uma pesquisa mais abrangente e aprofundada (Sueth, 2017) utilizando o referencial analítico Ciclo de Políticas elaborado por Ball e Bowe (1992). Teve por objetivo analisar os mecanismos de controle empregados como gestão do trabalho docente exercidos sobre o professor-pesquisador credenciado nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, de uma universidade pública e outra privada sediadas no Estado do Rio de Janeiro, aplicando as políticas de avaliação da Capes, com foco na produção bibliográfica, considerando o contexto de estratégia política desse referencial analítico. Dentre as consequências que se desdobram dessa situação, visando à formulação e exequibilidade de novos paradigmas capazes de romper com o atual paradigma de produtividade vigente, vislumbramos o que poderia se tornar possibilidades atenuantes para as dificuldades enfrentadas, lançando um olhar sobre o Prêmio *Nobel*; o *FabLab* e o *Open Access*.

Palavras-chave: Ciclo de políticas. Estratégia política. Políticas de avaliação. Pós-graduação. Trabalho docente.

CONTROL AND INEQUALITY IN THE MANAGEMENT OF TEACHING WORK, THE CONTEXT OF POLITICAL STRATEGY AND MITIGATING POSSIBILITIES

Abstract: This text is part of a more comprehensive and in-depth research (Sueth, 2017) that also uses the analytical reference Policy Cycle developed by Ball and Bowe (1992), which aimed to analyze the control mechanisms used as management of the teaching work carried out on the accredited professor-researcher in *stricto sensu* postgraduate programs in education, from a public and a private university

based in the State of Rio de Janeiro, applying Capes evaluation policies, focusing on bibliographic production, considering the political strategy context of this analytical reference. Among the consequences that unfold from this situation, aiming at the formulation and feasibility of new paradigms capable of breaking with the current productivity paradigm, we glimpse what could become mitigating possibilities for the difficulties faced, looking at the Nobel Prize; FabLab and Open Access.

Keywords: Policy cycle. Political strategy. Assessment policies. Postgraduate. Teaching work.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muitas são as dificuldades que o professor-pesquisador da pós-graduação *stricto sensu* precisa enfrentar para manter-se credenciado de acordo com as políticas de avaliação da Capes, com vistas nas condições de funcionamento adequado dos programas de pós-graduação no Brasil. Os critérios de produção bibliográfica são responsáveis por gerar um clima de pressão permanente sobre esse docente, visando à publicação de textos em periódicos com alta avaliação pelo sistema Qualis, caso contrário não consegue obter a pontuação exigida para contribuir com a avaliação positiva do programa ao qual está vinculado e, por isso, corre o risco de ter o seu descredenciamento do respectivo programa.

Mas, o controle do trabalho docente não é constatado somente na pós-graduação. Também no ensino superior de graduação, nas esferas pública e privada e no ensino fundamental, há comprovações da manifestação desse tipo de poder interferindo nas atividades do professor, tolhendo a sua autonomia pedagógica e desconsiderando suas posições técnicas e profissionais, sufocando a voz contributiva do professor com base em suas experiências válidas atuando na realidade educativa brasileira.

Sueth (2017), evidenciou essa realidade, já naturalizada, na pós-graduação *stricto sensu*, por meio da análise das políticas de avaliação que submetem programas de pós-graduação em educação nas esferas pública e privada e as atividades de seus respectivos docentes credenciados com desdobramentos profissionais.

O estudo de Evangelista (2015, p.101-102) descreve as circunstâncias dessa realidade afirmando que a atual política de avaliação brasileira se exerce de maneira intensa no disciplinamento e controle do trabalho docente no ensino fundamental e superior que, por meio de exames externos aplicados aos estudantes, promove comparações nacionais e internacionais entre instituições e professores, moldando-os e classificando-os segundo a atual lógica da qualidade educacional com a qual o Ministério da Educação julga a suposta qualidade do trabalho dos docentes das instituições públicas de ensino e classifica sugerindo que o bom professor é aquele que atua segundo o escopo determinado externamente pela Matriz Curricular do SAEB, no ensino fundamental, e pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos, no ensino superior, preparando os estudantes para alcançarem bons resultados em avaliações como a Prova Brasil e o ENADE.

De acordo com Braga (2015, p.94-95), um esquema normatizado e organicamente instalado ativa mecanismos de controle desde a obrigatoriedade do ponto eletrônico, o cumprimento dos conteúdos curriculares previamente programados, até a obtenção de resultados que objetivam o alcance das metas pré-estabelecidas para que o processo de ensino se conclua. O emprego da metodologia adotada leva em conta o cumprimento do programa das disciplinas para que não exista contradição entre o tempo determinado por esse programa e a aplicação dos conteúdos que chegam às mãos dos professores e dos alunos logisticamente distribuídos por intermédio de material impresso ou pela internet.

Nesse processo, os professores e os alunos envolvidos devem acatar os prazos determinados para a postagem dos exercícios via web para que efetivamente o ciclo do trabalho do professor e do aprendizado do aluno seja completado. São programadas atividades que devem ser cumpridas pelos professores e pelos alunos. As provas são elaboradas por equipes de professores coordenadores das disciplinas, que determinam o currículo de cada um dos cursos ofertados e formatada pelos professores por meio do acesso ao banco de questões disponível no sistema, levando em conta os conteúdos pré-determinados nos planos de aula de cada disciplina. Professores e coordenadores ficam subordinados a uma coordenação central de cada *campus* e são responsáveis pela logística de controle sobre os conteúdos aplicados em cada curso. A extensão na aplicação desse processo de controle disciplinar se evidencia pelo uso de câmeras de vídeo instaladas nos corredores, nas salas de aula e, ainda, na sala onde os professores se encontram na entrada e no intervalo das aulas para marcação do ponto eletrônico (Braga, 2015, p.94-95).

O presente texto é parte de uma pesquisa mais abrangente e aprofundada (Sueth, 2017) que também utilizando-se do referencial analítico Ciclo de Políticas elaborado por Ball e Bowe (1992), deu conta da análise das políticas de avaliação da pós-graduação pela Capes, empregando quatro contextos dentre os cinco propostos por esses autores. Esse referencial analítico propõe o estudo de políticas de educação sob a perspectiva de cinco contextos: (1) contexto de influência, (2) contexto da produção de texto, (3) contexto da prática, (4) contexto dos resultados/efeitos, e (5) contexto de estratégia política. É objetivo deste estudo analisar os mecanismos de controle empregados como gestão do trabalho docente exercido pelo professor-pesquisador credenciado nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, de uma universidade pública e outra privada sediadas no Estado do Rio de Janeiro, aplicando as políticas de avaliação da Capes, com foco na produção bibliográfica, considerando o contexto de estratégia política do referencial analítico Ciclo de Políticas.

De acordo com Sueth (2017, p.44-45), o contexto de estratégia política relaciona-se à identificação de certo número de ações sociais e políticas necessárias para lidar com as desigualdades geradas ou reproduzidas pela política investigada. Para Ball (1994),

trata-se de um elemento fundamental da pesquisa social crítica e do trabalho de intelectuais com a intenção estratégica de atuar diante de embates e situações sociais específicas, denominados por Foucault de “intelectuais específicos”. Pela abordagem do ciclo de políticas obtém-se contribuições para a análise de políticas, considerando que se compreende o processo político possuidor de múltiplas noções, não se permitindo prescindir das dimensões macro e micro. A abordagem do ciclo de políticas aqui descrita foi delineada para estabelecer uma ligação entre as posições do Estado e os processos micropolíticos (macro e microanálises) pela formulação de um referencial que incorpora ambas as dimensões (Mainardes, 2006, p.55).

A pesquisa de campo deste estudo desenvolveu-se por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro coordenadores de programas de pós-graduação em educação e cinco professores credenciados desses programas. Da instituição pública federal, foram caracterizados de 1F a 5F, e da instituição privada denominados de 1P a 5P. Os dados obtidos foram submetidos às fases do método de análise de conteúdo de Bardin (2011) e preparados para serem submetidos aos *softwares Iramuteq* e *Wordclouds*, por meio da retirada de artigos e de outros elementos de linguagem para tornar as frases mais objetivas e pontuais de acordo com o teor das perguntas, e formar as nuvens de palavras pertinentes.

A organização da análise de conteúdo, Bardin (2011) elege três polos cronológicos que servem para as diferentes fases da análise, considerando as informações obtidas com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados ou com a experimentação: (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase de organização, correspondendo ao emprego de intuições e que objetiva tornar as ideias iniciais mais operacionais e sistematizadas, para orientar a elaboração do roteiro do desenvolvimento das operações sucessivas, compondo um plano de análise flexível, mas também preciso. Constitui-se de três “missões”: a escolha dos documentos que serão submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Neste estudo foram empregados comportamentos técnicos na fase da pré-análise. A leitura flutuante buscou estabelecer contato mais próximo com os resultados do questionário e das entrevistas que foram analisados para tomar conhecimento das especificidades do texto, que interessaram à análise. Isso possibilitou a apropriação paulatinamente do seu conteúdo, tornando o entendimento mais preciso, “em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (Bardin, 2011, p. 126).

Em seguida, foram previamente selecionadas as respostas transcritas das entrevistas gravadas por equipamento portátil, considerados como os “documentos” responsáveis de fornecer as informações sobre o objeto de estudo. No caso deste

estudo, os critérios de avaliação da CAPES e o material coletado nas entrevistas e nas perguntas abertas do questionário, foram, então, reunidos para compor o conjunto de documentos considerados para a análise. Consideramos todos os “documentos” por recomendação dessa autora, caracterizada como a regra da exaustividade. A regra da representatividade também foi empregada, por meio da seleção de uma amostra realizada de maneira rigorosa a se obter uma parte representativa do universo inicial, tendo em vista os seus resultados orientarem as conclusões que foram obtidas. Na regra da homogeneidade, a preocupação foi com relação aos “documentos” selecionados obedecerem aos critérios de escolha não apresentando singularidades em desacordo com esses mesmos critérios. E na regra de pertinência, o destaque foi na adequação dos documentos retidos como fonte de informações, para que correspondessem aos objetivos da análise pretendida, de acordo com Bardin (2011, p. 126-128).

Ainda como procedimento técnico da fase de pré-análise, consideramos os objetivos formulados nas análises, mas, também desenvolvemos análise “às cegas”, que, segundo Bardin, vai além da elaboração de objetivos a serem alcançados pela análise. Isso correspondeu ao consideramos posições não descritas pelos objetivos e colocadas à análise, levando em conta a possibilidade de serem introduzidos vieses nos procedimentos e nos resultados, devidamente controlados por sua explicitação e pela busca da precisão a respeito das dimensões e direções de análise, pertinentes ao processo. E, por último, foi realizada a preparação do material antes da análise, correspondendo às transcrições das entrevistas por meio de respostas de questões abertas digitadas, compondo um arquivo no computador.

Depois da pré-análise, o material foi, então, lido, já ensejando interpretações preliminares, armazenando o seu registro por meio de um arquivo salvo no computador. Essa fase, bastante trabalhosa, constituiu-se da codificação, decomposição e enumeração das posições obtidas. Seguiu-se a análise por meio do tratamento dos resultados obtidos e a sua devida interpretação. Nessa fase a atenção foi direcionada para a significação e validade dos resultados. As respostas foram preparadas para serem submetidas aos *softwares Iramuteq* e *Wordclouds*.

Como resultado da aplicação dos *softwares* foi obtida, pelo *Iramuteq*, a relação das palavras de maior ocorrência nas respostas dos respondentes sobre a mesma pergunta, gerando gráficos que relacionavam as ideias permitindo, assim, a possibilidade de compreensão das respostas, por meio das articulações possíveis. Como o *Iramuteq* não conseguia elaborar a figura “nuvem de palavras” utilizando palavras com menos de três ocorrência nos textos, foi então empregado o *software Wordclouds* para gerar a “nuvem de palavras” com as palavras de poucas ocorrências, possibilitando, dessa forma, captar ideias divulgadas por um respondente ou mais, consideradas importantes para o entendimento de certas situações ou constatação de determinadas realidades.

O *Iramuteq* é um software livre baseado no software R e a linguagem Python, para análise multidimensional de textos e questionários, também permitindo a análise estatística de textos, elaboração de tabelas individuais por palavras. Foi desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009). O *Iramuteq* oferece variadas formas de análises estatísticas de textos e palavras. Começou a ser utilizado no Brasil a partir de 2013. Apresenta algumas dificuldades para o seu uso pleno pelo fato de ainda não ter incorporado o dicionário completo da língua portuguesa. Permite análises estatísticas textuais, pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras. Oferece variadas possibilidades de análises textuais favorecendo compreensões articulando diferentes textos (Iramuteq, 2017).

O *Wordclouds* é um gerador gratuito de nuvem de palavras e um criador de nuvem de *tags*. Seu uso é simples, bastando colar o texto no *software* para gerar automaticamente uma nuvem de palavras ou *tags*. Permite a personalização da nuvem com formas, temas, cores e fontes sendo possível editar a lista de palavras, o tamanho da nuvem e o tamanho da lacuna. Também pode gerar nuvens de palavras clicáveis com links – mapa de imagem (Wordclouds, 2017).

O REFERENCIAL ANALÍTICO CICLO DE POLÍTICA

O ciclo de políticas formulado por Ball e Bowe (1992), inicialmente composto pelos três primeiros contextos apresentados a seguir, e mais tarde Ball (1994) acrescentando os dois últimos contextos, caracteriza-se, segundo os autores, como um referencial analítico a orientar a compreensão sobre o percurso de políticas ou programas na área de educação norteadas, então, por cinco contextos.

Mainardes (2006) defende que a abordagem do ciclo de políticas apresenta-se como um referencial analítico que contribui com a análise de programas e políticas educacionais, tendo-se, por meio dessa abordagem, a possibilidade de realizar uma análise crítica de sua trajetória, a partir de sua formulação inicial, seus desdobramentos no contexto da prática, bem como de seus efeitos.

Para esse pesquisador, Ball e Bowe rejeitaram os modelos de política educacional que propõem a separação das etapas de formulação e implementação porque deixam de considerar as disputas e os embates a respeito da política. Esses autores admitem que os profissionais envolvidos na dinâmica da política não são totalmente excluídos da sua formulação ou implementação e usam os dois estilos de produção de textos, segundo Roland Barthes: o estilo *writerly* e o estilo *readerly*.

Especificando a forma como os profissionais submetidos à política atuam segundo esses estilos de texto, Ball e Bowe distinguem que um texto *readerly* (prescritivo) oferece limitações quanto ao envolvimento do leitor na produção de sentidos que assume um papel de “consumidor inerte” (Hawkes, 1977). Já num texto *writerly*

(escrevível), o leitor atua como coautor do texto e tende a participar de forma mais ativa na sua interpretação, como um intérprete criativo. Dessa forma, lhe é possibilitada a condição de preencher certas lacunas do texto (Mainardes, 2006, p.50).

No caso específico deste estudo, considerando a realidade da produção do texto das políticas de avaliação da pós-graduação, intentou-se identificar que estilo caracterizou a elaboração dos referidos textos, se *readerly* ou se *writerly*, visando, assim, a conhecer até que ponto houve real participação daqueles que efetivamente estão sendo submetidos aos critérios exigidos por essas políticas de controle da produção intelectual na pós-graduação.

Mainardes (2006) afirma que para Ball e Bowe é essencial admitir que esses estilos de textos são resultados da formulação da política, que se desenvolve por meio de relações em contextos diversos. Dessa forma, os textos evidenciam ligação com contextos particulares nos quais foram elaborados e usados, identificados de formas diferentes. É possível que esses estilos estejam presentes num mesmo texto com partes mais prescritivas e outras mais abertas. Ou que o estilo de textos políticos iniciais seja diferente do estilo de textos secundários como textos de subsídio, produzidos no decorrer da implementação de um programa ou política.

De acordo, ainda, com Mainardes, esses autores asseguram ter o foco da análise de políticas incidência sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação daqueles que atuam diretamente no contexto da prática conduzindo os textos da política à prática. Para isso é preciso identificar as resistências, acomodações, subterfúgios e conformismo nas arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas. Nesse cenário, inicialmente, Ball e Bowe propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Apesar de inter-relacionados, esses contextos não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares, porque cada um deles apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (Bowe *et al.*, 1992).

É no contexto de influência que geralmente as políticas públicas se originam e as posições políticas são formuladas. É o *locus* no qual grupos de interesse travam disputas para influenciar a definição das finalidades sociais da educação. São seus protagonistas as redes sociais internamente e em torno de partidos políticos, do governo e do legislativo. Nos embates os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso a servir de fundamento para a política. O discurso em formação pode receber apoio e por vezes pode ser desafiado por princípios e argumentos mais amplos que influenciam as arenas públicas de ação, particularmente pelos meios de comunicação social (Mainardes, 2006, p.51).

Segundo esse autor, além do Banco Mundial, outras instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) configuram-se como agências que influenciam a criação de políticas nacionais. Essas influências recebem recontextualizações e reinterpretações pelos Estados-nação. Esse autor revela que alguns estudos evidenciam uma interação dialética entre global e local ao revelar que a globalização promove a migração de políticas, diferente de uma mera transposição e transferência, tendo em vista as políticas se ajustarem aos contextos nacionais específicos (*apud* Robertson, 1995; Ball, 1998a e 2001; Arnove; Torres, 1999). Assim, a globalização sujeita-se a um “processo interpretativo” (*apud* Edwards et al., 2004, p. 155).

No Brasil, admite-se esse comportamento em diversos programas e políticas na área de educação. Mesmo não exercendo um caráter determinante sobre as políticas nacionais, é possível perceber uma influência irrefutável das diretrizes do Banco Mundial nos textos em que estão formuladas metas e estratégias dos planos e das diretrizes educacionais, por exemplo. Altmann confirma essa posição ao revelar que a forte influência exercida pelo Banco Mundial na política macroeconômica brasileira irradia-se sobre diversos setores, entre eles, a educação, e que por essa forte ascendência no Brasil, conhecer suas propostas e influências no setor educativo são de fundamental importância (Altmann, 2002, p.79).

Nessa perspectiva, os textos das políticas de avaliação da pós-graduação da CAPES estariam se ajustando a certas diretrizes de organismos internacionais com vistas na obtenção de alguma forma de subsídio que favoreça a implementação das intenções de Governo, contemplando características de um sistema mundial integrado proposto por essas instâncias financiadoras? Foi o que se pretendeu apurar com as orientações do contexto de influência do referencial analítico de Ball e Bowe (1992), principalmente a partir da análise comparativa entre as diretrizes nacionais e internacionais relacionadas à produção docente e por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com coordenadores dos programas investigados.

Outro contexto considerado na análise pretendida foi o contexto da produção de texto. Mesmo não sendo simples ou prontamente percebida há uma relação comum entre o contexto de influência e esse segundo contexto. Mainardes (2006) afirma (a) que o contexto de influência relaciona-se quase sempre com interesses específicos e ideologias dogmáticas enquanto os textos políticos geralmente articulam-se com a linguagem do interesse público em geral, e isso quer dizer que os textos políticos representam a política; (b) que essas representações podem se apresentar de diversas formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos e, dessa forma, podem comprometer sua coerência e clareza tornando-se contraditórios; e (c) que

o que finaliza a política não é o momento legislativo, pois os textos carecem de ser lidos considerando o tempo e o local específico de sua produção. Ressalta que os textos políticos são obtidos por meio de disputas e acordos. Isso porque, para Bowe *et al.* (1992), os grupos de interesse dos diversos ambientes da produção de textos hão de competir para controlar as representações da política. Assim, políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades (Mainardes, 2006, p.52).

Como desdobramentos dos textos políticos, reais consequências podem ser observadas e, mais que isso, vivenciadas, configurando-se no contexto da prática. Para Bowe *et al.* (1992), é nesse contexto que a política se submete às interpretações e recriações, gerando efeitos e consequências que podem representar alterações significativas na política original. Para os autores, o ponto-chave não está na implementação das políticas no contexto da prática, mas, sim, na dinâmica das interpretações, podendo, por isso, serem recriadas (Mainardes, 2006, p.53).

Mainardes (2006) entende que essa abordagem assegura aos professores e a outros profissionais uma participação ativa no processo de interpretação e reinterpretção das políticas educacionais e, com isso, suas crenças e entendimentos acabam por implicar no processo de implementação das políticas.

Os dois próximos contextos foram acrescentados, por Ball (1994), ao referencial analítico ciclo de políticas original e que serão aqui descritos com a finalidade de oferecer a noção completa do referencial. São eles os contextos dos resultados/efeitos e o da estratégia política. Nesta tese, desses dois últimos contextos complementares, apenas o contexto da estratégia política foi empregado, tendo, também, contribuído com a análise das políticas objeto da presente investigação.

Na interpretação de Mainardes (2006), o contexto dos resultados ou efeitos atina-se às questões de justiça, igualdade e liberdade individual. Conceber a política como desencadeadora de efeitos é mais adequado que admiti-la produzindo resultados. Dessa forma, sua análise deve ater-se ao seu impacto e interações com as desigualdades existentes. Os efeitos das políticas podem ser classificados em gerais e específicos. Os gerais ficam claramente evidenciados quando os aspectos específicos da mudança e os conjuntos de respostas extraídos da prática são agrupados e analisados. Para esse autor, descuidar-se dos efeitos gerais é mais comum em estudos de situações específicas porque ao se analisar uma mudança ou um texto político a lógica é estabelecer o seu impacto na prática. Por outro lado, ao se estudar de modo isolado, os efeitos de uma política específica podem ser limitados, mas, ao se considerar os efeitos gerais do conjunto de políticas de diferentes tipos é possível obter uma noção diferente.

Essa classificação descrita por Ball sugere que a análise de uma política deve levar em conta o estudo (a) das diversas possibilidades e dimensões de uma política e suas implicações, como a análise das mudanças e do impacto sobre a realidade pertinente a sua influência, e (b) das conexões da política com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas. Para isso é necessário que as políticas locais ou as amostras de pesquisas sejam consideradas somente como passos iniciais da análise de questões mais abrangentes da política (Mainardes, 2006, pp. 54; 55).

Para esse mesmo autor, Ball (1994) fornece a diferença entre efeitos de primeira ordem, sendo aqueles relacionados às mudanças na prática ou na estrutura e observados em locais específicos ou no sistema como um todo e os efeitos de segunda ordem atinentes ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social.

Por fim, o contexto da estratégia política relaciona-se à identificação de um certo número de ações sociais e políticas necessárias para lidar com as desigualdades geradas ou reproduzidas pela política investigada. Para Ball (1994), trata-se de um elemento fundamental da pesquisa social crítica e do trabalho de intelectuais com a intenção estratégica de atuar diante de embates e situações sociais específicas, denominados por Foucault de “intelectuais específicos”. Pela abordagem do ciclo de políticas obtém-se contribuições para a análise de políticas, considerando que se compreende o processo político possuidor de múltiplas noções e dialético, não se permitindo prescindir das dimensões macro e micro. A abordagem do ciclo de políticas aqui descrita foi delineada para estabelecer uma ligação entre as posições do Estado e os processos micropolíticos (macro e microanálises) pela formulação de um referencial que incorpora ambas as dimensões (Mainardes, 2006, p.55).

Vale aqui uma importante informação sobre as variáveis que estão orientando a análise das políticas segundo os contextos sugeridos por Ball e Bowe. No texto de Mainardes (2006), esse autor, ao final, redivulga questões adaptadas a partir do trabalho de Vidovich (2002) sobre os cinco contextos, que têm a finalidade de explicitar com clareza como os contextos do ciclo de políticas podem ser explorados em pesquisas. E, assim, neste estudo, foram consideradas e adaptadas essas questões sugeridas, conduzindo com mais objetividade a coleta dos dados e sua contribuição com o estudo.

Apresentam-se, a seguir, as variáveis que foram consideradas para a análise das políticas objeto do estudo sob a perspectiva do contexto das estratégias políticas, adaptadas das questões sugeridas por Ball e Bowe (1992) com base no referencial analítico proposto por esses autores.

1. Evidências de desigualdades criadas ou reproduzidas pelas políticas similares em outros estudos já publicados;

2. Existência de estratégias que sugerem delineamentos para lidar com as desigualdades ou redimensionar certos aspectos das políticas;
3. A exequibilidade das estratégias identificadas por meio de referenciais consistentes buscando uma democratização real e efetiva;
4. Aspectos macroestruturais das estratégias delineadas e respectivas formas de sua disseminação.

Mesmo fundamentado pelo referencial analítico de Ball e Bowe (1992) na análise empreendida sobre as políticas de avaliação, as informações pretendidas junto aos coordenadores de programas de pós-graduação e professores credenciados sobre as influências que podem ser identificadas na elaboração das referidas políticas e buscando-se evidenciar os procedimentos individuais, coletivos ou institucionalizados identificados como práticas alternativas consequentes de subjetividades fruto da inteligência e criatividade de docentes, considerando-se as atitudes resistentes que estejam transformando as suas atividades profissionais e as suas produções acadêmicas diante dos critérios de avaliação, que podiam estar se desenvolvendo por meio de orientações institucionalizadas pelos programas ou por ações informais admitidas por eles próprios, de acordo com as suas aspirações ou necessidades dos programas, configura-se como um estudo descritivo exploratório.

CONTEXTO DE ESTRATÉGIA POLÍTICA E POSSIBILIDADES ATENUANTES

Na análise do contexto da estratégia política buscamos identificar ações sociais e ou políticas necessárias para lidar com as desigualdades provocadas pela política de avaliação da produtividade docente, com foco nos critérios de produção bibliográfica. Tivemos a intenção de evidenciar práticas estratégicas que estivessem sendo empregadas pela comunidade acadêmica, constituindo-se em ações de resistência e de redimensionamento desses critérios, nos moldes do trabalho realizado pelos intelectuais específicos de acordo com Foucault (1981), que possam exercer um papel político, atuando de forma politicamente ativa visando à modificação do sistema de produção do saber.

Nessa perspectiva, estariam os docentes credenciados da pós-graduação extrapolando os seus afazeres cotidianos e realizando a produção de discursos contra hegemônicos para também atuar na realidade prática. Foucault (1981, p. 11), caracteriza os intelectuais específicos como aqueles que desempenham um papel político de transformar o sistema de produção do saber, em termos particulares (específicos) por meio da atuação política ativa. São os intelectuais que abandonam os limites internos de seus gabinetes e partem para a atuação de fato. Assim, poderiam se comportar por considerar que “em nome da verdade científica – por importante que seja – se faz a intervenção dos cientistas nas lutas políticas que lhes são contemporâneas”. Deveriam, pois, estar atuando nesse contexto que lhes é atinente a partir de suas especificidades:

[...] o intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual 'orgânico' do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital, etc.); finalmente, a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas" (Foucault, 1981, p. 13).

Dessa forma, pela eleição da abordagem do ciclo de políticas foi propósito deste estudo a obtenção de contribuições para compreender, pelas falas dos respondentes, as dimensões macro e micro entre a política de avaliação centrada nos critérios de produção bibliográfica e a realidade prática do professor-pesquisador, com base nas orientações de Ball e Bowe (1992).

No cenário da produção bibliográfica indagou-se sobre a possibilidade de se constatar a reprodução ou criação de desigualdades sobre o desempenho dos docentes credenciados. Na esfera pública federal, os professores, em sua totalidade, concordam que há tratamento desigual com os pares que apresentam problemas para publicarem em periódicos bem avaliados pelo Sistema *Qualis*. E há outras situações que precisam ser consideradas nesse contexto.

As diferentes percepções sobre as desigualdades acabam por desvelar outras realidades nas quais ocorrem esse fenômeno. Pode estar se manifestando no contexto das relações entre professores que publicam em periódicos mais bem classificados no *Qualis* em contraste com os professores que não conseguem se situar na mesma condição de publicação, como também interferir nas condições favoráveis à produtividade. Mesmo sendo considerado uma coisa menor com relação à sua importância para o programa, o tratamento desigual é percebido contra aqueles professores que não conseguem publicar em revistas bem avaliadas no Sistema *Qualis*.

Há tratamento diferenciado com relação aos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq e os professores não bolsistas quanto à obtenção de apoio para participação em eventos científicos, tendo em vista os primeiros usufruírem de prioridade para obtê-lo, caso haja verba disponível para atender a esse tipo de demanda.

Novamente surge a denúncia de que professores ligados a certos grupos de poder e da esfera administrativa da universidade podem levar vantagens na obtenção de apoio para a pesquisa e para a participação em editais com certo favorecimento pela obtenção de informações privilegiadas antes da sua divulgação oficial pelos canais regulares de comunicação.

No contexto competitivo da realidade produtiva do professor na pós-graduação é possível perceber a transformação das diferenças em desigualdades. O fato de se reconhecer a diferença e ter critérios diferentes é uma condição favorável para o

confronto com a desigualdade. Mas, ao se criar critérios únicos para conter pessoas e processos diferentes, cria-se também a desigualdade. Então, é também possível afirmar que essa realidade, na qual os professores comungam com os critérios de produtividade, é indutora de desigualdade.

Entre os professores da esfera privada não houve uma posição consolidada de que esteja ocorrendo tratamento diferenciado com professores que não vêm contemplando os critérios de publicação. Há percepção, dúvida e não observação desse fenômeno. Uma posição se destacou no contexto das desigualdades com relação à facilidade de se publicar quando já se é conhecido pelos pares da área do conhecimento e já se tem mais experiência na academia, em comparação com os novatos, que têm mais dificuldade de desbravarem essa realidade. Uma coisa é ser um professor renomado e outra coisa é ser professor iniciante. O número de orientandos também influencia na produção, pois aqueles que têm mais orientandos, possuem mais possibilidade de publicar em coautoria.

O que também parece favorecer a publicação é estar orientando no doutorado, porque entende-se que o doutorando tenha mais autonomia para produzir. Na instituição privada, há professores orientando só no doutorado. Isso pode favorecer mais coautorias e mais publicações. Vale registrar que aqui também há um entendimento de que o professor que tem relações com integrantes de conselhos editoriais e com editores tem mais chances de publicar.

Desde as críticas formuladas sobre as mudanças que ocorreram na década de 1990, há evidências de desigualdades criadas ou reproduzidas pelas políticas de educação que influenciaram a avaliação da produtividade docente na pós-graduação, mas tais estudos não realizaram análises similares ao presente estudo. Alguns estudos apresentaram abordagens a respeito da dependência cultural e a influência da pós-graduação norte-americana sobre a pós-graduação brasileira, fornecendo as condições que estão orientando o texto científico e a exigência por publicação qualificada e pela internacionalização. O estudo de Santos (2003), dentre outras questões, divulgou a existência de mecanismos e propósitos que condicionaram as atividades de pesquisadores no Brasil. Também abordando os efeitos do trabalho docente na pós-graduação, registra-se o estudo de Sguissard e Silva Júnior (2009).

Além das posições dos professores entrevistados divulgando essas desigualdades que podem ter sido criadas ou reproduzidas pelos critérios homogêneos de publicação formulados pela CAPES para as diferentes áreas do conhecimento, é preciso também perceber que a igualdade formal de produtividade como vem sendo empreendida, tem ignorado as condições materiais/concretas de produtividade individual, que hierarquiza e produz desigualdades. Considerando-se que as normas de avaliação não podem ser um fim em si mesmas, devem dialogar com as necessidades reais e condições circunstanciais ao longo da vida produtiva intelectual do pesquisador.

Assim, por exemplo, o fato de pesquisadores estarem licenciados para tratamento de saúde, tratamento de saúde de familiares e licença nutriz, são circunstâncias que merecem a devida consideração não apenas na exigibilidade das normas de avaliação, mas, sim, integrando-se como vetores de sua matriz, na medida em que, do contrário, tais normas perderiam as suas funções de regulação e fomento. Ou seja, perderiam a sua efetividade.

Isso tende a criar um tipo de subcultura de política e poder no âmbito dos programas de pós-graduação que possibilita paternalismo de uns e exclusão de outros, transformando problemas dessa matriz de critérios de avaliação em problemas biográficos individuais de cada pesquisador, num movimento de sujeição/hierarquização do pesquisador/intelectual oprimido/aprisionado, não apenas pelos critérios em si, mas, sobretudo, por essa prática de uso político desses critérios como estratégia de poder.

Com a intenção de constatar a existência de estratégias que sugerem delineamentos para lidar com as desigualdades ou redimensionar certos aspectos da política de avaliação da produtividade docente com relação aos critérios de produção bibliográfica, buscamos saber, nos programas das instituições pesquisadas e se os professores têm conhecimento em outro programa, se há interpretações ou condutas individuais, coletivas e institucionais que podem estar sugerindo o redimensionamento do texto sobre esses referidos critérios.

Os coordenadores, em suas respostas, não especificaram um movimento em seus programas que pudesse comprovar essas interpretações ou condutas. Apenas divulgaram haver discussões em torno dessa intenção no Forpred. Parecem existir iniciativas de se tratar temas dessa natureza, mas não se tem propostas concretas de modificação dos critérios vigentes por meio de procedimentos que venham contrapô-los por meio de critérios que venham romper com a lógica produtivista. Na verdade, o que se tem discutido não tem ido além da tentativa de se buscar formas de reduzir as dificuldades existentes para avaliar as publicações docentes e de tornar os resultados da avaliação admitidos sem questionamentos. Mais uma vez, não foi detectada qualquer proposta concreta capaz de lançar um olhar para além do muro, considerando aqui o texto dos critérios de publicação em condições para redimensioná-lo.

Os professores da esfera pública federal, também, não informaram qualquer conduta no sentido de redimensionar os critérios de produção bibliográfica. O que novamente se observou foi a reclamação, também presente no discurso dos representantes da área de Educação, de que os critérios de avaliação da produtividade são homogêneos, sendo válidos para todas as áreas do conhecimento, com base na hegemonia das áreas das ciências duras, caracterizando-se em desigualdade.

Da mesma forma, na esfera privada não se apurou qualquer movimento de dentro para fora com a intenção de redimensionar o texto dos critérios de produção bibliográfica adequando-o às especificidades da área de educação. Constatamos o afastamento do tema nas respostas de alguns professores e outros nos dão conta de iniciativas, por parte do programa, de inaugurar discussões a esse respeito, mas não informaram concretamente as características que fundamentam suas reflexões. Parece que, estando distanciados dessas discussões, não têm ideia de quais alterações estão sendo propostas ou foram sugeridas para a mudança dos critérios de produção bibliográfica. Ficou evidenciada a insatisfação dos professores com as exigências por publicação, porém sem manifestação prática contrária aos critérios de produção bibliográfica ou em propostas concretas de seu redimensionamento.

Provocando um pouco mais, procuramos saber se coordenadores e professores praticavam ou tinham conhecimento de procedimentos, em seu programa ou em outros programas de pós-graduação, que fossem admitidos como condutas que viessem a se contrapor aos critérios de produção bibliográfica, visando à redução da pressão por publicação.

Considerando as respostas dos coordenadores, houve opiniões que apontam para a falta de possibilidade de oferecer alternativas porque não se pode recuar dessas exigências, sendo necessário buscar meios de vencer as dificuldades para a publicação e, de outra maneira, alegaram uma forma de tornar o cumprimento dessas exigências mais suportáveis, por meio do cometimento de estratégias fraudulentas, já descritas a exemplo das coautorias fantasmas e das republicações de artigos.

Os professores da esfera pública federal, também não divulgaram práticas alternativas aos critérios de publicação. Reafirmaram, em parte, a sua reclamação quanto a esses critérios, levando-se em conta a sua vinculação aos periódicos classificados pelo Sistema *Qualis*. Não informaram a prática de procedimentos de ruptura aos atuais critérios.

Da mesma forma, os professores da esfera privada não revelaram procedimentos que se configuram como rompimento aos atuais critérios de publicação. Divulgaram uma situação que só parece ser possível na esfera privada, que é deixarem de lecionar na graduação para terem mais tempo de contemplar os critérios de publicação com menos atribuições acadêmicas.

Na análise do contexto das estratégias políticas também buscamos identificar práticas micro e/ou macroestruturais que se evidenciam como potenciais estratégias de resistência à atual política de avaliação da CAPES, com especificidade nos critérios de publicação, capazes de atenuar certas desigualdades desencadeadas ou por ela reproduzidas.

Não foi possível identificar essas estratégias e práticas políticas de resistência no discurso dos entrevistados, mas apenas estratégias de incorporação subjetiva da racionalidade da produtividade e da captação de recursos financeiros.

Retomando o pensamento original foucaultiano de transpor o muro dos critérios de produção bibliográfica vigentes, buscaremos evidenciar, a partir de aspectos do ambiente acadêmico, novas estratégias e critérios de avaliação qualitativa da produção que vêm sendo praticados e disseminados pela comunidade científica brasileira e internacional. Assim, ao pretendermos vislumbrar o que poderia estar para além do muro, lançamos, então, um olhar sobre o Prêmio Nobel; o *FabLab* e *Open Access*.

O *Prêmio Nobel*, em seus estatutos, valoriza descobertas ou invenções mais importantes no campo do conhecimento ou na defesa da paz. Tal critério de premiação, se incorporado à matriz de critérios de avaliação, poderia possibilitar a superação do atual tratamento reducionista que tem sido dado ao vetor de produtividade acadêmica com foco na produção bibliográfica, na medida em que a dimensão quantitativa tem prevalecido sobre a qualitativa. Como potencial benefício do emprego desse critério poder-se-ia garantir maior efetividade e significado à avaliação da produção bibliográfica pela valorização das subjetividades e da qualidade do trabalho realizado, pela sua repercussão, ruptura, impacto ou grau contributivo para o campo do conhecimento, a paz e a humanidade (Prêmio Nobel, 2017).

Com a finalidade de premiar pessoas que prestam grandes serviços à humanidade, o Prêmio Nobel teve sua criação no testamento do sueco Alfred Nobel, químico inventor da dinamite. Nobel deixou a maior parte de sua fortuna para premiar grandes realizações em diversas áreas do conhecimento. Os premiados são eleitos por quatro entidades: o Instituto Karolinska, a Academia Sueca, a Real Academia Sueca de Ciências e o Comitê Norueguês do Nobel desde 1901. Física, química, medicina/fisiologia e literatura são as áreas da premiação. A defesa da paz também é premiada. Em 1969 foi criado o prêmio Nobel de Economia idealizado pelo Banco Nacional Sueco. Acadêmicos, cientistas e políticos, de vários países, sugerem os candidatos à premiação para a Academia Real Sueca de Ciências, ao Instituto Karolinska, à Academia Sueca e ao Comitê Norueguês do Nobel. Além de uma medalha de ouro e um diploma o laureado também recebe premiação em dinheiro como forma de ajudá-lo a dar continuidade à suas atividades com autonomia e independência (Prêmio Nobel, 2024).

Os *FabLab Harvard*, tal como o *FabLab SP* (São Paulo, Brasil), inovam com um conceito de laboratório para uso compartilhado e produção colaborativa que promove a acessibilidade a conhecimentos e projetos individuais e coletivos, com o uso gratuito de ferramentas de fabricação digital, reduzindo custos de produção e democratizando para todos os interessados a possibilidade de pesquisa e meios

de produção para criar, desenvolver e construir novos conhecimentos, os quais ficam também disponíveis e acessíveis a outros usuários interessados. Tais espaços produtivos possibilitam a superação de dificuldades materiais de acessibilidade a conhecimentos e a disponibilidade de ferramentas/tecnologias para a pesquisa e para a produção que não tem sido considerada no vetor de produtividade acadêmica com foco na produção bibliográfica.

Como potencial benefício do emprego desses critérios de uso compartilhado e produção colaborativa poderia se garantir maior efetividade ao vetor da produção acadêmica em sua dimensão qualitativa, com valorização das subjetividades/criatividade, seja considerando as dificuldades materiais de pesquisa ou produção, seja criando tipos de arranjos produtivos conforme necessidades de cada programa e cada área de conhecimento.

Com base no seu *site* oficial (2024), o FabLab Livre SP é um exemplo de laboratório para uso compartilhado e produção colaborativa, conceito criado pelos Fabrication Labs de Harvard, que valorizando a criatividade/subjetividade, promove acessibilidade a conhecimentos e projetos existentes e nele disponíveis, e, por conseguinte, iguais oportunidades capacitantes ao aprendizado e inovação, a todos os interessados em criar, desenvolver e construir projetos, e, que por sua vez, ficam também disponíveis e acessíveis a outros usuários interessados. Por meio de processos colaborativos de criação, compartilhamento do conhecimento e do uso gratuito de ferramentas de fabricação digital, reduzindo custos de produção, o FabLab oferece à população de São Paulo a possibilidade de aprender, projetar e produzir diversos tipos de objetos materiais e projetos em diferentes escalas. Os laboratórios são equipados com os mais modernos e funcionais equipamentos e com a capacidade de atender às exigências industriais com referência às escalas de produção e às dimensões dos produtos. Dentre eles, impressoras 3D, cortadoras a laser, plotter de recorte, fresadoras CNC, computadores com software de desenho digital CAD, equipamentos de eletrônica e robótica, e ferramentas de marcenaria e mecânica. Todos eles ficam gratuitamente disponíveis aos usuários.

Os FabLab contam com equipes dinâmicas que incentivam o aprendizado compartilhado e a criatividade por intermédio do método aprender fazendo, realizando cursos e orientando o desenvolvimento de projetos. Os cursos, oficinas e palestras oferecidos disseminam a produção do conhecimento em tecnologia, ciência, arte e inovação. As atividades de ensino, utilizando um processo humanizado, estimulam o compartilhamento da informação e a construção coletiva de ideias. Os participantes, a partir dos 10 anos de idade, têm acesso às novas tecnologias de fabricação digital e às ferramentas tecnológicas de última geração com vivência em grupo em um ambiente colaborativo e inovador. Atualmente são treze laboratórios integrados a Rede Pública de Laboratórios de Fabricação Digital, em todas as

regiões do Município de São Paulo. A rede de laboratórios FabLab Livre SP objetiva o desenvolvimento de ideias criativas e inovadoras que beneficiam a comunidade e o surgimento de novas oportunidades profissionais (FabLab Livre SP, 2024).

O *Open Access*, “Acesso Aberto” é um projeto de repositório de artigos científicos que visa promover acesso universal e disponibilidade de conteúdos de publicações científicas, bem como aumentar a difusão e viabilizar a produção dialógica entre os conteúdos de diversos periódicos e canais de publicação. Projeto piloto de disponibilização livre na Internet de cópias gratuitas, online, de artigos de revistas científicas revistos por pares (peer-reviewed), comunicações em conferências, bem como relatórios técnicos, teses e documentos de trabalho. Visa promover acessibilidade e difusão dos resultados da atividade acadêmica e de investigação científica portuguesa; facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção científica nacional e integrar Portugal num conjunto de iniciativas internacionais (Open Access, 2024).

Tais repositórios possibilitam a superação de dificuldades materiais de acessibilidade a resultados de pesquisas científicas e a disponibilidade de seus conteúdos, instrumentais à pesquisa e à produção dialógica, na medida em que a realidade enfrentada por pesquisadores tem sido muitas vezes de produção esquizofrênica, tanto em relação à falta de acesso e à desconsideração dos resultados de pesquisas anteriores já publicados por outros pesquisadores, quanto em relação a publicações de periódicos ou canais feudalizados de publicação, numa realidade em que ninguém lê e ninguém dialoga.

Como potencial benefício do emprego desses critérios de acesso universal e disponibilidade de conteúdos de publicações científicas, poderia ser considerado um repositório nacional universal de artigos publicados em periódicos indexados pela CAPES, que viabilizasse acesso aos seus conteúdos, desde que necessariamente abertos, garantindo maior democratização no acesso às informações, aumentando a sua difusão e viabilizando a produção científica dialógica, de forma a promover um grande e permanente debate entre os pesquisadores, facilitando, assim, a atualização do estado da arte e o preenchimento de lacunas deixadas por estudos científicos anteriores. Em observância à efetividade do vetor de internacionalização da matriz do critério de avaliação com foco na produção bibliográfica, essa iniciativa traria, também, o benefício de viabilizar o intercâmbio do repositório do Brasil com o mundo, integrando-o ao conjunto de repositórios *Open Access* de outros países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta a realidade impositiva por publicação, tanto os professores-pesquisadores credenciados da pós-graduação *stricto sensu em educação* da esfera pública quanto os da esfera privada têm suas atividades controladas e são

pressionados, permanentemente, pelo sistema de avaliação da pós-graduação, pelos critérios de publicação bibliográfica, pela Capes, o que tem acarretado adoecimento, afetando a sua saúde física e mental e produzindo sofrimento, de acordo com Dejours (1992; 2007b). Além disso, por receberem tratamento discriminatório, nos casos de não corresponderem à lógica da produtividade, passam por processos de estigmatização segundo Goffman (2004).

Quanto ao processo de desenvolvimento das políticas de avaliação dos programas de pós-graduação em Educação, quanto aos critérios de produção bibliográfica, trata-se de uma realidade que está dada e naturalizada pela comunidade acadêmica, apesar da discordância sobre a padronização do modelo de avaliação; de um processo conduzido fortemente influenciado pelas áreas que compõem as ciências duras; de um contexto no qual não se observa qualquer interesse dos docentes para, ao menos, se discutir possibilidades de alterá-lo; e de um processo conduzido num regime de subalternização que tolhe a autonomia do pesquisador.

A realidade empresarial introduzida na atividade intelectual da universidade retira do professor parte significativa da sua autonomia e da sua liberdade de pensamento, indispensáveis para a produção do conhecimento crítico e inovador (Sueth, 2017, p.359).

Na análise do contexto das estratégias políticas apurou-se que na esfera pública federal os professores em sua totalidade concordam que há tratamento desigual com os pares que apresentam problemas para publicarem em periódicos bem avaliados no Sistema *Qualis*. Na esfera privada também são percebidas desigualdades no tratamento com professores com dificuldade de produzir.

Visando à formulação e exequibilidade de novos paradigmas capazes de romper com o atual paradigma de produtividade vigente, com foco nos critérios de publicação, a partir de práticas emergentes, constituindo-se em possibilidades atenuantes ao controle do trabalho do professor-pesquisador credenciado da pós-graduação *stricto sensu* em educação, vislumbramos o que poderia estar para além do muro, lançando um olhar sobre o Prêmio *Nobel*; o *FabLab* e o *Open Access*.

Inspirado nos critérios de premiação do Prêmio Nobel, identificamos a prática emergente de valorização de subjetividades e valorização qualitativa do grau de ruptura, impacto ou contribuição para o campo do conhecimento, a paz e a humanidade, na produção de conhecimento científico e/ou tecnológico. O que sugere a importância desses valores como novos paradigmas estruturantes.

O projeto *FabLab* SP, nas suas práticas de valorização da produção colaborativa e uso compartilhado de laboratórios que promovem a acessibilidade a conhecimentos e projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, o uso gratuito de ferramentas de

fabricação digital, a redução de custos de produção e a democratização de materiais disponíveis a todos os interessados, poderia inspirar mudanças no paradigma produtivista vigente. Vislumbramos a importância desses novos espaços produtivos na superação de dificuldades materiais de acessibilidade a conhecimentos e a ferramentas/tecnologias instrumentais à pesquisa. O que sugere a importância desses valores e espaços produtivos emergentes como novos paradigmas estruturantes dos programas de pós-graduação, sobretudo via criação desses tipos de arranjos produtivos conforme as necessidades de cada programa e de cada área de conhecimento.

Inspiração também encontramos nas práticas de repositórios de artigos científicos *Open Access* (“Acesso Aberto”), que promovem os valores de acesso universal e disponibilidade de conteúdos de publicações científicas, bem como de difusão e viabilização da produção dialógica entre os conteúdos de diversos periódicos e canais de publicação.

Como potencial benefício desses valores, vislumbramos a possibilidade de criação de um repositório nacional de conteúdos de publicações científicas indexadas pela CAPES, que viabilizasse acesso universal aos conteúdos pela internet, desde que necessariamente abertos, de forma a facilitar a pesquisa bibliográfica, aumentar a difusão do conhecimento e viabilizar a produção científica dialógica.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

BALL SJ; BOWE, R.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools**: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BALL, S.J.; BOWE, R. **Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy**: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, S.J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994. ISBN 9780335192724.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, Mariza Alves. **A educação superior privada e o controle do trabalho docente**. 2015, 129f. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Programa de pós-Graduação em Educação. Niterói, RJ.

DEJOURS, Cristopher. **A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5 ed. ampliada, São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E., JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Coordenação Betiol, M.L.S., São Paulo: Atlas, 2007.

EVANGELISTA, Simone Torres. **O controle do trabalho docente no ensino fundamental e superior público**: repercussões da política de avaliação. In Maria de Fátima Costa de Paula (org.) Políticas de controle social, educação e produção de subjetividade. Florianópolis: Insular, 2015.

FABLAB HARVARD. Disponível: <<https://fablab.gsd.harvard.edu/>> Acesso: 08/07/2024.

FABLAB LIVRE SP. Disponível: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/acesso_a_informacao/index.php?p=349319> Acesso: 08/07/2024;

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981 (organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado).

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução Mathias Lambert. Publicação Original: 1891. Digitalização: 2004. Disponível: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/92113/mod_resource/content/1/Goffman%20Estigma.pdf> Acesso em 18/11/2015.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

OPEN ACCESS. Disponível em: <<http://projecto.rcaap.pt/>>. Acesso em 08/07/2024.

PRÊMIO NOBEL. Status. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/nobel_organizations/nobelfoundation/statutes.html>. Acessado em 08/07/2024.

SANTOS, Cassio Miranda. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, agosto 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso dia 10/01/2017.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SUETH, Robson. **Controle do trabalho docente na pós-graduação stricto sensu**: análise das políticas de avaliação e desdobramentos profissionais. 2017, 441f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, RJ.

VIDOVICH, L. **Expanding the toolbox for policy analysis**: some conceptual and practical approaches. Hong Kong: Comparative Education Policy Research Unit, University of Hong Kong, 2002.